



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE PATOS

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Água Branca, Areia de Baraúnas, Assuncao, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Condado, Desterro, Emas, Imaculada, Junco do Seridó, Juru, Livramento, Mãe D'água, Malta, Matureia, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Teresinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Taperoá, Teixeira, Tenório, Várzea, Vista Serrana
Normativo de criação	Lei nº 7.729, de 16/01/1989
Data de instalação	25/05/1989
Data da última correição	09 de dezembro de 2021
Período de correicionado	1º/11/2021 a 28/2/2022

Aos 05 dias do mês de abril de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Patos, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do



Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 007/2022, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico. O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação do Juiz titular, Marcello Wanderley Maia Paiva, do Juiz substituto, Luiz Jackson Miranda Júnior, da Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/11/2021 a 28/2/2022** (4 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Marcello Wanderley Maia Paiva	21/10/2021 - Ato TRT SGP nº 189/2021

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Luiz Jackson Miranda Junior	8/11/2021 - Ato TRT SCR nº 61/2021

1.2 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Patos conta, atualmente, com **17** servidores:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Adriana Fernandes Nobrega Gomes da Costa	Técnico Judiciário – Calculista	27/8/2021
Amaury Soares de Lacerda	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	17/9/2014
Antonio Fragoso Cavalcante Neto	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	9/1/2022
Elza Betania Barbosa Lira	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	1º/2/2012
Fabio de Albuquerque Cavalcanti	Analista Judiciário Ofic Justiça Avaliador Federal	5/4/2010
François Queiroz da Costa	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	10/2/2022
Guttemberg Pereira de Farias	Analista Judiciário Ofic Justiça Avaliador Federal	1º/12/2013
Iaci Dantas da Nobrega	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	25/6/2014
João Paulo Filho	Técnico Judiciário	31/12/2009
Jose Arlan Parente de Assis	Analista Judiciário	5/7/2004
Jose Peregrino Montenegro Pires Sobrinho	Técnico Judiciário	12/12/1990
Maria da Conceicao Henrique de Oliveira	Técnico Judiciário	26/5/2015
Oracio Rufino da Silva	Técnico Judiciário	12/12/1990
Rafaela Nogueira Trajano	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	27/10/2021
Sebastiao Felix de Oliveira Sobrinho	Técnico Judiciário	6/10/2008
Sonia Maria Vieira Araujo	Técnico Judiciário – Assistente V	31/1/2021
Zuleide Pereira de Medeiros	Técnico Judiciário – Assistente II	27/8/2004

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual, nas fases de conhecimento, liquidação e execução, abaixo relacionadas, no sistema PJe, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria.

Servidores	Fase processual
Iaci Dantas da Nóbrega	Conhecimento
Elza Betânia B. Lira	Conhecimento
Adriana Fernandes Nóbrega Gomes da Costa	Liquidação - calculista
Zuleide Pereira de Medeiros	Liquidação
Sônia Maria Vieira Araújo	Execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidores	Fase processual
Iaci Dantas da Nóbrega	Conhecimento
Amaury Soares de Lacerda	Execução
José Arlan Parente de Assis	Execução
João Paulo Filho	Execução

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Patos contabilizava, em 28/2/2022, um acervo processual de **2.475** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.095
Fase de Liquidação	156
Fase de execução	1.202
Cartas precatórias e de ordem	22
TOTAL	2.475

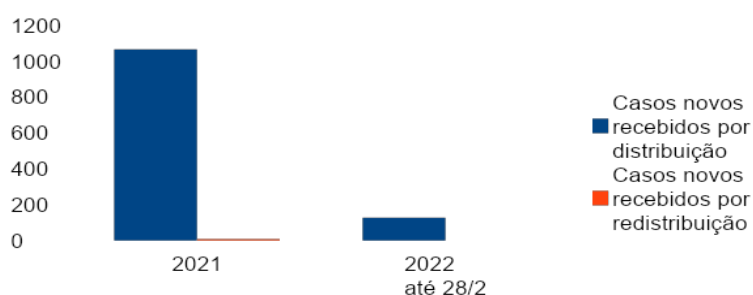
2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 28/2
Casos novos recebidos por distribuição	1.064	127
Casos novos recebidos por redistribuição	8	-
TOTAL	1.072	127

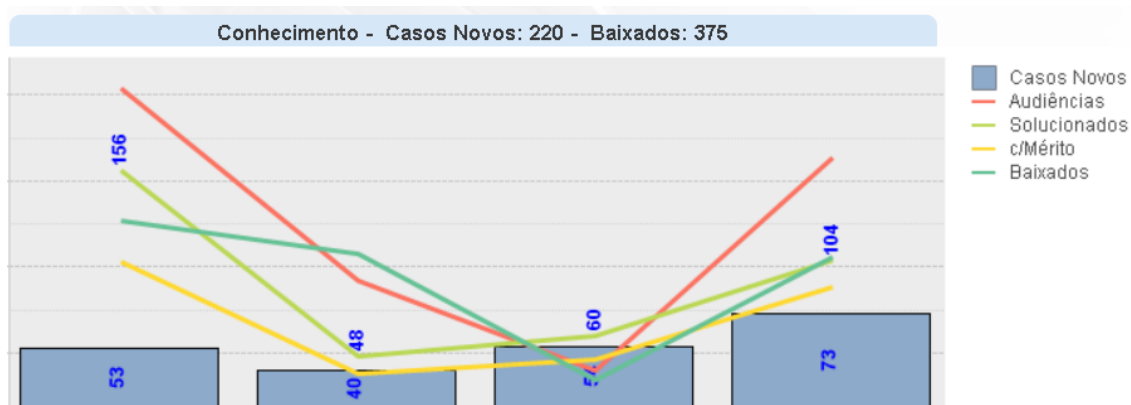


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



No período correicionado não há registro de processo recebido com sentença anulada pela instância superior.

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (novembro/2021 a fevereiro/2022):



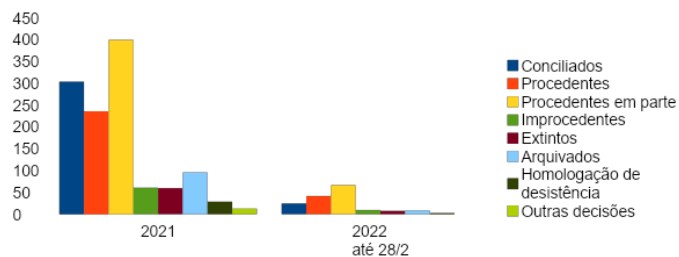
2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 28/2
Conciliados	304	25
Procedentes	236	42
Procedentes em parte	400	67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Improcedentes	61	10
Extintos	60	8
Arquivados	96	9
Homologação de desistência	29	3
Outras decisões	13	-
TOTAL	1.199	164



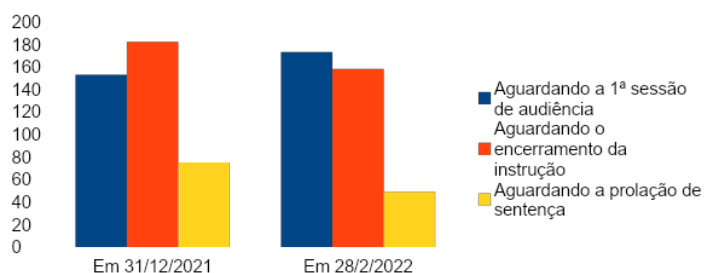
2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 28/2/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	153	173
Aguardando o encerramento da instrução	182	158
Aguardando a prolação de sentença	75	49
TOTAL	410	380



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 28/02	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	1.113	1.095	-1,62%
Fase de liquidação	171	156	-8,77%
Fase de execução	1.307	1.202	-8,03%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	64	122	106	47	-
Conciliação em conhecimento	2	5	12	-	-
Conciliação em Execução	8	5	7	9	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Una	-	1	-	-	-
Instrução	27	18	23	34	-

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira, e, eventualmente, às sextas-feiras.

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2021	2022 até 28/2
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	77	120
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	66	137
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	166	229
Da conclusão à prolação da sentença	15	29
Do ajuizamento até a prolação da sentença	159	221

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 28/2
Embargos de declaração	Recebidos	206	26
	Baixados	215	22
	Pendentes	16	20
Tutela Provisórias	Recebidos	232	20
	Apreciadas	171	24
	Pendentes	21	5
Liquidação/ Execução	Recebidos	51	7
	Baixados	26	11
	Pendentes	22	16



6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

Período correicionado (1º/11/2021 a 28/02/2022)			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	180	164	69
Recurso adesivo	8	10	-
Agravo de petição	37	24	10
Total	225	198	79

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **160** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **187** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **173** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **28/02**, é de **242** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **235** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **237** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **159** dias, para o ano base de **2021**, e de **221** dias, relativo a este ano de **2022**, até 28 de fevereiro.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **1.310** dias, e de **1.662** dias, referente ao exercício atual até o dia 28 de fevereiro.

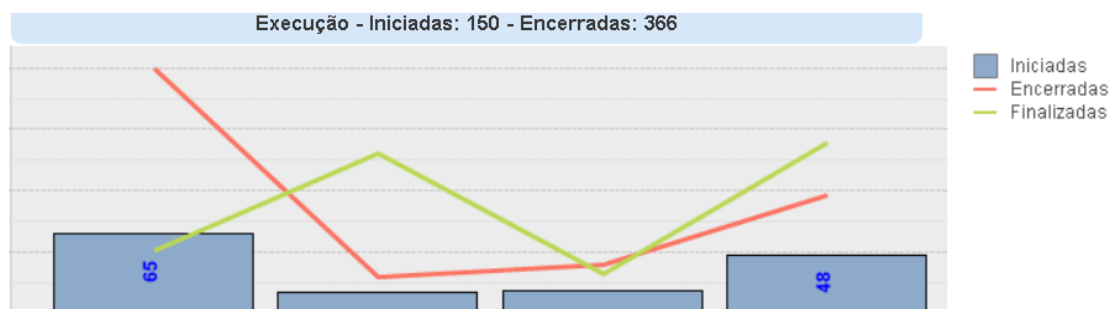
8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	2021	2022 até 20-22
Execuções pendentes	1.475	1.188
Execuções iniciadas	362	67
Desarquivados	210	70
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	646	137
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	118	26
Total de processos pendentes de execução	1.188	1.113

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correicionado (novembro/2021 a fevereiro/2022):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 28/2
Acordo	PJe	R\$ 8.285.637,08	R\$ 3.128.049,57
Espontâneo	PJe	R\$ 586.217,20	R\$ 127.615,57
Execução	PJe	R\$ 3.614.882,55	R\$ 1.226.616,74



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TOTAL	R\$ 12.486.736,83	R\$ 4.482.281,88
--------------	--------------------------	-------------------------

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 28/2
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 119.396,54	R\$ 141.528,39
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.711.550,51	R\$ 593.599,56
Imposto de renda	PJe	R\$ 187.993,23	R\$ 19.338,42
TOTAL		R\$ 2.018.940,28	R\$ 754.466,37

10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou o Desembargador Corregedor que, no período correicionado, foram realizadas, no sistema PJe, **253** diligências por **2** oficiais de justiça avaliadores federais. Segundo informações prestadas pela diretora de secretaria, as diligências são distribuídas entre os dois oficiais de justiça, sendo um responsável pelo cumprimento das diligências na cidade de Patos, e outro, nas demais localidades da jurisdição. Informou, por fim, que a produtividade dos oficiais de justiça é lançada automaticamente no sistema e conferida pelos meirinhos, no início do mês e, em seguida, a gestora encaminha a produtividade, por meio do sistema Sigep.

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO JPE (1º/11/2021 a 28/02/2022)			
Oficiais de Justiça	Diligências realizadas	Diligências cumpridas	Diligências pendentes em 05/04/2022



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fabio de Albuquerque Cavalcanti	186	164	8
Guttemberg Pereira de Farias	77	67	14

Os dados extraídos em 04/04/2022 mostram que a diligência pendente mais antiga do oficial de justiça Fábio de Albuquerque Cavalcanti foi distribuída em 07/02/2022 (processo 0019300-78.2010.5.13.0011), e a do Oficial de justiça Guttemberg Pereira de Farias foi distribuída em 21/03/2022 (0000088-51.2022.5.13.0011), devendo ser providenciadas as devoluções dos processos que estejam com prazo ultrapassado sem justificativa.

11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/06/2021 a 28/02/2022		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	207
INFOJUD	PJe	35
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	112
BNDT	Pendentes (PJe)	191
	Incluídos (PJe)	44

12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	105,99%

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	91,95%
Unidade Correicionada	120,94%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **127** casos novos (por distribuição) e **156** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **120,94%**.

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30% da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	105,85% da Meta 2
	98,44% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	102% da Meta 2
	94,86% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	100,55% da Meta 2
	93,51% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	77,85% da Meta 3
	29,98% de índice de conciliação

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: **40% em 2022**

Unidades de primeiro grau do TRT	73,1% da Meta 3
	70,76% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	46,06% da Meta 3
	48,99% de índice de conciliação

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	103,37%

Meta 5/2022 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	53,16%
Unidade Correicionada	53,28%

Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2022-01	34	35	544	676	94,12	95,08	94,65
2022-02	106	149	513	614	78,56	76,94	77,67

13. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e lgest



O Índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e, proporcionalmente, em 2022, enquanto que na fase de execução houve manutenção da quantidade entre os anos de 2020 e 2021, e nos primeiros meses de 2022, redução no quantitativo.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 28/02
Fase de conhecimento	859	1.191	140
Fase de execução	976	711	185

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a Vara do Trabalho de Patos encontra-se na **634ª colocação**, entre as 1571 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (474 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/01/2021 a 31/12/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	9º	56º	7º	43º
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	8º	104º	3º	1º	76º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	13º	15º	214º	2º	12º
13ª Região - PB - Vara de Patos	224º	377º	234º	144º	123º	118º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conheci- mento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - SC - 1ª	1º	39,14	32,88	582,34



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara de Fraiburgo				
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	91,05	52,04	1.328,65
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	74,71	63,21	413,38
13ª Região - PB - Vara de Patos	224º	159,25	125,44	1.309,65

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	886	90	8
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	391	669	9
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	823	476	8
13ª Região - PB - Vara de Patos	224º	1.191	711	15

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de março, junho, setembro e dezembro/2021, estando a Vara do Trabalho de Patos nas seguintes colocações entre todas as 1.571 varas do país (consulta realizada em 04/04/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtivi- dade	Taxa de congestio- namento	Força de trabalho
março 2021	525º	1.177º	1.092º	60º	219º	295º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

junho 2021	809°	1.189°	994°	354°	519°	679°
setembro 2021	471°	340°	489°	552°	569°	668°
dezembro 2021	634°	1.155°	684°	422°	292°	388°

Ainda para demonstrar os números obtidos pela Vara do Trabalho de Patos, no que se refere aos prazos de janeiro a dezembro de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
Vara do Trabalho de Patos	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
159,3 dias	192,4 dias
Início ao encerramento da liquidação	
Vara do Trabalho de Patos	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
125,4 dias	206,4 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
Vara do Trabalho de Patos	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.310 dias	1.050 dias
Início à extinção da execução - ente público	
Vara do Trabalho de Patos	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.309 dias	795 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
Vara do Trabalho de Patos	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.108 dias	1.040 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a dezembro/2021, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
Vara do Trabalho de Patos	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
11,3%	4,3%

Gráfico



JUÍZES

14. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular (Fonte: SAOAdm)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Marcello Wanderley Maia Paiva			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	1º/11/2021 a 02/11/2021	1
Férias	SAOAdm	14/2/2022 a 22/2/2022	9

Juiz Substituto (Fonte: SAOAdm)

Luiz Jackson Miranda Junior			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Proad nº 25027/21 e SAOAdm	10/1/2022 a 29/1/2022	20

14.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

14.2 Audiências realizadas (1º/11/2021 a 28/2/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Instrução	Inicial	Encerramento Instrução	Una	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Mariana Petit Horácio de Brito	3	4	1	-	-	5	13
Luiz Jackson Miranda Junior	45	169	5	1	15	9	244
Marcello Wanderley Maia Paiva	54	166	-	-	3	4	227

14.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação /Execução	Total
Luiz Jackson Miranda Junior	10	19	6	35
Mariana Petit Horácio de Brito	7	-	1	8
Marcello Wanderley Maia Paiva	19	11	9	39
Paulo Nunes de Oliveira	2	-	-	2
Karolyne Cabral Maroja Limeira	1	-	-	1
Jose Guilherme Marques Junior	1	-	-	1
Lindinaldo Silva Marinho	1	-	-	1

15. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Aercio Pereira de Lima Filho	-	1	1	-	-	-	-	-	2
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Jose Guilherme Marques Junior	-	-	3	-	-	-	-	-	3
Karolyne Cabral Maroja Limeira	-	-	3	1	-	-	-	-	4
Lindinaldo Silva Marinho	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Luiz Jackson Miranda Junior	43	48	29	6	-	16	-	4	146



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Marcello Wanderley Maia Paiva	52	15	48	7	-	11	38	8	179
Mariana Petit Horácio de Brito	-	12	16	-	1	-	-	-	29
Paulo Nunes de Oliveira	-	1	2	-	-	-	-	-	3

No período correicionado, o Juiz titular laborou 109 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,64 processo/dia. O Juiz substituto laborou 89 dias, perfazendo uma média de produção exatamente igual ao titular da Unidade correicionada, ou seja, 1,64 processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não se entremostra razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

15.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	160
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	132
Embargos de Terceiro Cível	45
Homologação da Transação Extrajudicial	19
Consignação em Pagamento	5
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	2
Ação Civil Pública Cível	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1
Tutela Antecipada Antecedente	1
Ação de Cumprimento	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Inquérito para Apuração de Falta Grave	1
--	---

16. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Aercio Pereira de Lima Filho	0	0%
Jose Guilherme Marques Junior	0	0%
Mariana Petit Horácio de Brito	2	7,14%
Lindinaldo Silva Marinho	1	100%
Luiz Jackson Miranda Junior	72	93,51%
Karolyne Cabral Maroja Limeira	0	0%
Paulo Nunes de Oliveira	0	0%
Marcello Wanderley Maia Paiva	7	11,11%

17. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	2
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sá	1
Jose Guilherme Marques Junior	3
Karolyne Cabral Maroja Limeira	4
Lindinaldo Silva Marinho	1
Luiz Jackson Miranda Junior	146
Marcello Wanderley Maia Paiva	175
Mariana Petit Horácio de Brito	29
Paulo Nunes de Oliveira	3

17.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 19 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrado	Dias
Marcello Wanderley Maia Paiva	27
Luiz Jackson Miranda Junior	7
Mariana Petit Horácio de Brito	20
Jose Guilherme Marques Junior	20
Aercio Pereira de Lima Filho	37
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sá	16
Paulo Nunes de Oliveira	32
Karolyne Cabral Maroja Limeira	15
Lindinaldo Silva Marinho	63

18. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 24/01/2022, destacando o juiz titular as dificuldades decorrentes de período sem calculista, tendo ocasionado a designação de peritos contábeis e prolação de sentenças não líquidas, bem como a orientação aos servidores acerca da necessidade de registro de pagamentos com frequência e organização dos painéis do PJe.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

19. GARIMPO



De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022 - 4 meses, pagamentos em favor da parte reclamada no valor de R\$ 7.912,32 e recolhimentos de contribuições previdenciárias no valor de R\$ 11.081,64.

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000049-64.2016.5.13.0011, 0131317-81.2015.5.13.0011, 0000375-53.2018.5.13.0011, 0130308-84.2015.5.13.0011.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

20. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 2317/2022), os magistrados Marcello Wanderley Maia Paiva e Luiz Jackson Miranda Júnior



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

não participaram de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, tendo o juiz titular frequentado uma capacitação, conforme abaixo destacado.

Magistrado	Descrição
MARCELLO WANDERLEY MAIA PAIVA	PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS SOCIAIS: SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – P20262.21 – DIAS 11 a 25 MAIO

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD Nº 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
AMAURY SOARES DE LACERDA	TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL TRT - LIBRAS AVANÇADO - MÓDULO I / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PROJETO GARIMPO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO I: ASPECTOS PROCESSUAIS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / EJUD 13ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

FABIO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI	TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - TECNOLOGIA, LINGUAGEM E A ATUAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA: NOVAS PERSPECTIVAS DA CARREIRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - TURMA 1 (PARCERIA ILB/UFG)
GUTTEMBERG PEREIRA DE FARIAS	TRT - TECNOLOGIA, LINGUAGEM E A ATUAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA: NOVAS PERSPECTIVAS DA CARREIRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
IACI DANTAS DA NOBREGA	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
JOÃO PAULO FILHO	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA DEZ/2021) / ENAP
JOSE PEREGRINO MONTENEGRO PIRES SOBRINHO	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA DEZ/2021) / ENAP
RAFAELA NOGUEIRA TRAJANO	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - NEGOCIAÇÃO COLETIVA: LIMITES, POSSIBILIDADES E PROCEDIMENTALIDADE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO



SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
ADRIANA FERNANDES NÓBREGA GOMES DA COSTA
ANTÔNIO FRAGOSO CAVALCANTE NETO
ELZA BETÂNIA BARBOSA LIRA
FRANÇOIS QUEIROZ DA COSTA
JOSÉ ARLAN PARENTE DE ASSIS
MARIA DA CONCEIÇÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA
ORÁCIO RUFINO DA SILVA
SEBASTIÃO FÉLIX DE OLIVEIRA SOBRINHO
SÔNIA MARIA VIEIRA ARAÚJO
ZULEIDE PEREIRA DE MEDEIROS

Da análise das informações prestadas, evidenciada a baixa participação em atividades de capacitação promovidas pela Escola Judicial, observa-se que se faz necessário que os gestores incentivem os servidores a participarem de capacitações específicas voltados à efetividade da atividade jurisdicional, bem como que os magistrados participem de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

21. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados



Foram analisados **30** processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 13 despachos correicionais no PJe.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foram registradas 5 ocorrências na Ouvidoria nos últimos seis meses, todas respondidas.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

22. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de descon sideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;



- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR nº 004/2022.

2. Recomendações específicas

- a) velar para que os prazos médios nos processos em tramitação não ultrapassem os seguintes interstícios:
- do ajuizamento à realização da primeira audiência: 30 dias (realizar pautas do tipo inicial para processos novos com, no mínimo, 20 dias úteis, caso seja necessária a expedição de intimação via postal (prazo legal e cumprimento pelo e-carta);
 - do ajuizamento ao encerramento da instrução: 120 dias (realizar, no mínimo, 10 instruções por semana, e incrementar a pauta a fim de



possibilitar que o prazo médio da 1ª audiência ao encerramento da instrução esteja em 30 dias corridos, procedendo-se, como exemplos de providências, à inclusão diária de mais processos em pauta, abertura de novos dias, designação de processos no período da tarde;

- do ajuizamento à prolação da sentença: 150 dias.
- b) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);
- c) observar as orientações contidas na Consolidação Geral dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022, destacando-se o que diz respeito ao procedimento a ser utilizado nas execuções frustradas - suspensões/sobrestamentos e processos arquivados provisoriamente;
- d) observar o disposto no Regulamento Geral no que diz respeito à competência da Central Regional de Efetividade para processar as execuções de títulos executivos extrajudiciais distribuídas (artigo 37, inciso VI do Regulamento Geral);
- e) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes, e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;
- f) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

À Diretora de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;



- b) observar as recomendações da ata de correição, de forma a aprimorar o desempenho da unidade judiciária e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000701-76.2019.5.13.0011, 0001055-04.2019.5.13.0011, 0000213-53.2021.5.13.0011;
- d) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- e) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- f) participar e incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;
- b) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos



0000701-76.2019.5.13.0011,

0001055-04.2019.5.13.0011,

0000213-53.2021.5.13.0011

- c) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;
- d) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- e) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- f) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem a informação de inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários (Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019);
- g) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

23. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a Vara do Trabalho de Patos tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (105,99%), 2 (105,85%) e 5/2021 (103,37%), podendo-se observar que foi a unidade judiciária que mais recebeu casos novos no ano de 2021 e também a que mais baixou processos na fase de conhecimento. Por meio da análise do recorte dos 4 meses



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

correicionados - novembro a fevereiro de 2021, a Vara do Trabalho de Patos foi a unidade que mais solucionou processos e também a que mais baixou na fase de conhecimento.

O Corregedor destaca a necessidade de monitoramento constante da pauta a fim de reduzir os prazos médios, podendo-se afirmar que o elastecimento ora constatado é decorrente do trabalho desenvolvido pela nova gestão (desde outubro) na organização das pautas e redução de processos pendentes na fase de conhecimento.

Tratando-se de acervo, é motivo de preocupação o volume de processos na fase de liquidação, o maior de todo o Regional, recomendando-se a revisão dos processos constantes no item 90.346 do e-Gestão, identificando o grau de complexidade daqueles que se encontram aptos à liquidação, possibilitando o estabelecimento de plano ação com vistas à redução deste acervo, podendo a secretaria da Corregedoria Regional disponibilizar força de trabalho para auxílio temporário.

Analisando-se os indicadores do Igest, observa-se, pelos últimos dados disponíveis - dezembro/2021, constantes no item 13 da ata, que o acervo (I01, I02, I03) é o mesoindicador que mais influenciou no posicionamento da unidade judiciária na 634ª posição, recomendando-se, especialmente na fase de conhecimento, que haja monitoramento constante das pautas e dos casos novos, bem como otimização das rotinas da secretaria a fim de agilizar o cumprimento das diligências, o que certamente proporcionará o atingimento de melhores índices e, principalmente, a celeridade na entrega da prestação jurisdicional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em cursos específicos voltados à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aqueles relacionados à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0122000-69.2009.5.13.0011	0001090-32.2017.5.13.0011	0000189-59.2020.5.13.0011
0000255-73.2019.5.13.0011	0000203-14.2018.5.13.0011	0195500-32.2013.5.13.0011
0000915-38.2017.5.13.0011	0000850-38.2020.5.13.0011	0130947-05.2015.5.13.0011
0000313-47.2017.5.13.0011	0000918-51.2021.5.13.0011	0004900-97.2008.5.13.0021
0001055-04.2019.5.13.0011	0193900-73.2013.5.13.0011	0130910-21.2014.5.13.0008
0000360-16.2020.5.13.0011	0000634-14.2019.5.13.0011	

DESPACHOS CORREICIONAIS

0131285-76.2015.5.13.0011	0000320-97.2021.5.13.0011	0000932-40.2018.5.13.0011
0000991-91.2019.5.13.0011	0000701-76.2019.5.13.0011	0130521-90.2015.5.13.0011
0000057-07.2017.5.13.0011	0000122-94.2020.5.13.0011	0001202-98.2017.5.13.0011
0000381-94.2017.5.13.0011	0000145-40.2020.5.13.0011	0000213-53.2021.5.13.0011
0000213-58.2018.5.13.0011		